



1. Este artigo toma por base a pesquisa realizada no mestrado por Elena Lucía Rivero, no Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável (MACPS) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação de Beatriz Alencar d'Araújo Couto.

2. Graduada em História pela Universidad Nacional del Litoral (Argentina), mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável pela UFMG. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa NucUrb e Estopim da UFMG.

E-mail: elenaluciarivero@gmail.com

DOI: 10.5752/P.2316-1752.2016v23n33p118

DA PRAÇA À CIDADE: OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E NOVAS NARRATIVAS SOBRE A CIDADE¹

FROM THE SQUARE TO THE CITY: OCCUPATION OF PUBLIC SPACE
AND NEW NARRATIVES ABOUT THE CITY

DE LA PLAZA A LA CIUDAD: OCUPACIÓN DEL ESPACIO PÚBLICO Y
NUEVAS NARRATIVAS SOBRE LA CIUDAD

Elena Lucía Rivero²

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar os conflitos em torno do espaço público e sua articulação com o direito à cidade, abordando a Praça da Estação, em Belo Horizonte, como objeto de estudo. Analisamos, em primeiro lugar, as manifestações contra a proibição da realização de eventos na Praça da Estação como forma de ocupação do espaço público que possibilitou a produção de novos significados em relação à praça e à cidade. Em segundo lugar, analisamos as diversas concepções do espaço público que subjazem a dois eventos culturais: a Virada Cultural (evento oficial promovido pela Prefeitura Municipal) e o Carnaval de Rua. Finalmente, apontamos as especificidades dos movimentos de ocupação do espaço público e a sua capacidade de produzir novas narrativas sobre a cidade.

Palavras-chave: Espaço público. Direito à cidade. Ocupação cultural. Narrativas urbanas.

Abstract

This paper aims to analyze the conflicts around the public space and its articulation with the right to the city, adopting the "Praça da Estação" (the square around the Central Station in the city of Belo Horizonte) as a case study. Firstly, we observe how the demonstrations against the prohibition of informal collective events in the square can be viewed as a way of occupation of the public space that allows the production of new meanings concerning the square and the city. Secondly, we analyze the several meanings of "public space" in two different cultural events: The "Virada Cultural" (official art festival promoted by the municipality government) and the street Carnival. Finally, we point out the specificities of the occupation's movements of the public spaces and its capacity to produce new narratives about the city.

Keywords: Public Space. Right to the City. Cultural Occupation. Urban Narratives.

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo analizar los conflictos en torno del espacio público y su articulación con el derecho a la ciudad abordando como objeto de estudio la Plaza de la Estación en Belo Horizonte. Analizamos, en primero lugar, las manifestaciones contra la prohibición de usar la Plaza de la Estación en Belo Horizonte como forma de ocupación del espacio público que posibilita la producción de nuevos significados en relación a la plaza y a la ciudad. En segundo lugar, analizamos las diversas concepciones de espacio público que subyacen en dos eventos culturales: la Virada Cultural (oficial) y el Carnaval. Finalmente, apuntamos las especificidades de los movimientos de ocupación del espacio público y su capacidad de producir nuevas narrativas sobre la ciudad.

Palabras clave: Espacio público. Derecho a la ciudad. Ocupación cultural. Narrativas urbanas.

Da praça à cidade

“... fica proibida a realização de eventos de qualquer natureza na Praça da Estação nesta capital.”
BELO HORIZONTE, dezembro de 2009.

Um mês após o decreto³, realizava-se a primeira “Praia da Estação”: uma manifestação contra a proibição de eventos em que jovens, convocados pelas redes sociais, ocuparam a Praça da Estação. A partir dessa ocupação, a praça tornou-se um espaço em disputa no qual o poder público, por um lado, justificava o decreto em defesa do patrimônio e da segurança pública, procurando com isso restringir o debate ao caso específico do local, e os manifestantes, por outro, estabeleceram o conflito em torno das noções de espaço público, o que possibilitou ampliar a disputa da praça à cidade.

Os conflitos e debates em torno da Praça da Estação não são recentes. As transformações nos seus usos e formas de apropriação ao longo do tempo evidenciam diversos momentos na produção e transformação do espaço urbano da capital. Concebida desde a fundação da nova capital de Minas Gerais (1897) como porta de entrada da cidade, em razão do funcionamento da Estação Central de Trens, a Praça da Estação passou por vários períodos diferentes, mas sempre foi um local de intensa vida urbana. A sobrevivência dessa qualidade no tempo pode ser explicada graças à sua localização no centro da cidade e às suas qualidades estéticas. Como Lefebvre (2001, p. 19-20) observa em relação aos antigos centros, eles “não contêm apenas monumentos, sedes de instituições, mas também espaços apropriados para as festas, para os desfiles, passeios, diversões [...]”, eles sobrevivem graças a um duplo papel: lugar de consumo e consumo do lugar. No caso da Praça da Estação, esse “duplo papel” torna-se mais evidente a partir de uma série de iniciativas ligadas às políticas de patrimônio na década de 1980 que culminam no tombamento, em 1988, do Conjunto Paisagístico e Arquitetônico da Praça da Estação pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG).

Nos anos 2000, iniciam-se diversas reformas com o objetivo de revitalizar o espaço considerado degradado; entre elas, o projeto arquitetônico que tinha como objetivo criar uma “praça cívica e para eventos” e a implantação de um museu, produto de uma parceria público-privada, no antigo prédio da Estação Central. Essas transformações acabariam definindo uma nova espacialidade, caracterizada pela irradiação da gestão do museu sobre a praça. Tais transformações, portanto, podem ser vistas à luz de um novo modelo de gestão da cidade: o planejamento estratégico que, baseado em conceitos e técnicas de planejamento empresarial, entende que as cidades estão submetidas às mesmas condições e desafios que as empresas. Segundo Vainer (2002, p. 78), “este projeto de cidade implica a direta e imediata apropriação da cidade por interesses empresariais globalizados e depende, em grande medida, do banimento da política e da elimina-

3. O Prefeito de Belo Horizonte [...] considerando a dificuldade em limitar o número de pessoas e garantir a segurança pública decorrente da concentração e, ainda, a depredação do patrimônio público verificada em decorrência dos últimos eventos realizados na Praça da Estação, em Belo Horizonte, Decreta: Art. 1º - Fica proibida a realização de eventos de qualquer natureza na Praça da Estação, nesta Capital. Art. 2º - Este Decreto entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2010 (BELO HORIZONTE (MG). Decreto nº 13.798, de 09 de dezembro de 2009).

ção do conflito e das condições de exercício da cidadania”.

Nos anos 2010, surgem várias tentativas de regulamentar os usos da Praça da Estação, marcadas por uma “retórica do civismo” (DELGADO, 2010), ou seja, uma forma de conceber a vida social no espaço público como um cenário de e para o consenso, em que a superação das diferenças de classe e das contradições sociais se daria por via da aceitação. Nesse contexto, novas formas de ação ampliaram o espaço do antagonismo, politizando um espaço público que se apresentava como fechado pelos discursos oficiais.

A ocupação de espaços públicos

A representação da “praia” como um espaço público e democrático é frequente no imaginário dos belorizontinos que, ante a ausência do mar, costumam dizer que os principais espaços públicos da cidade são a praça e o bar. Antes da “Praia da Estação”, outras intervenções artísticas na cidade já tinham recorrido a esse imaginário com o mesmo intuito de denunciar a ausência de espaços públicos. Entre elas, destacamos a de um conhecido grupo de teatro da cidade, o grupo Galpão, que realizou o happening “Queremos Praia” em 1989. Vestidos em trajes de banho, os atores saíram às ruas convocando a população para um protesto que reivindicava a criação de uma “praia” em Belo Horizonte. Não casualmente, o protesto ocorreu em duas praças: a Praça da Savassi e a Praça Sete. Se a ideia de praça remete a um espaço de convivência, cabe lembrar que essas praças são, na verdade, duas “rotatórias”. O acionamento da representação da praia como forma de protesto, o contexto e as características da gestão municipal e os termos nos quais o conflito foi estabelecido pelos manifestantes acabaram propiciando uma repolitização da vida urbana que, de um lado, assinalava a crise da cidade, e, de outro, apontava para a utopia urbana. Nesse sentido, o decreto pode ser visto como um catalisador de um conjunto de demandas e de críticas em relação à cidade, principalmente em relação à prática espacial contemporânea, que segrega e fragmenta a vida na cidade. Como expressava o panfleto “Nasce uma rebelião a partir de um decreto”, divulgado pelos manifestantes: “Também propomos a população que ocupemos além da Praça da Estação, todas as praças, ruas e espaços da cidade! Que façamos da cidade local de vivências e alegria, e não só um espaço de consumo e de passagem para nossas rotinas de trabalho e estudo” (PANFLETO..., 2010).

No convite para a primeira Praia da Estação (FIGURA 1), valendo-se de elementos do repertório da praia (sombriinhas, boias, etc.), o debate em torno da Praça da Estação é inserido em uma lógica mais ampla, que entende a proibição como a expressão de uma forma particular de gerir e conceber o espaço, destacando-se os processos de gentrificação derivados das revitalizações.



4. O blog tem duas particularidades: o login e a senha são abertos, ou seja, qualquer usuário da Internet pode postar novos textos, editar ou mesmo apagar os antigos. Além disso, os artigos são assinados por “pseudônimos coletivos” ou “nomes múltiplos” – nomes próprios que podem ser acionados por qualquer pessoa ao assinar, conservando o anonimato dos sujeitos e desvinculando as ações de uma lógica de autoria ou representação.

Figura 1 • Convite para a primeira Praia da Estação.

Fonte: PRAIA NA PRAÇA, 2010.

Por meio dessa leitura, houve uma mudança na escala do debate: da praça à cidade. Um dos relatos postados no blog Praça Livre expressa bem esse jogo de escalas:

O caso da Praça da Estação é bem específico. Trata-se de uma praça da cidade. Mas, além dos efeitos imediatos desse decreto, a questão se reflete em uma tendência maior [...] A crítica pode ser geral e ir além da praça. É necessário derrubar esse decreto, e as iniciativas devem ser voltadas a isso. Mas pensar que o debate pode envolver toda a cidade, nosso fluxo sobre ela e como ela é organizada, pode abrir possibilidade para laços entre várias movimentações sociais e caminhar para a construção, a partir de baixo, de uma cidade voltada para as pessoas (PRAÇA..., 2010).

Além dos relatos, as intervenções artísticas (FIGURA 2) reforçam esse diálogo no qual a praça vai ganhando novas camadas de sentido, transformando-a num símbolo de um debate mais amplo em torno do direito à cidade.



Figura 2 • Cartaz “Okupe a Cidade” na Praça da Estação.

Fonte: PRAÇA DO ESPAÇO, 2010.

A medida tomada pelo poder público e a determinação dos valores a serem pagos para a utilização da Praça como local de eventos seriam fortemente questionadas como uma forma de privatização do espaço público. Nesse contexto, os discursos e campanhas propagandísticas da prefeitura para promover a cidade são reapropriados pelos manifestantes e ressignificados, como se vê no cartaz (FIGURA 3), que reutiliza o slogan de uma campanha da prefeitura (“Eu amo BH radicalmente e provo”) para denunciar a cobrança pelo uso do espaço. A mercantilização da cidade é denunciada ao homologar a figura do prefeito como empresário e a da prefeitura como sua empresa.



Além da cobrança, foi estabelecido o fechamento da Praça em dias de evento. Surgiram, assim, como estratégia de denúncia, as intervenções realizadas em tais dias, quando, por meio das redes sociais, o público era convocado a “pular a catraca”, ou seja, a não consentir com essa medida, e a denunciar de maneira geral a catraca enquanto um dispositivo de controle de acesso a lugares públicos.

Embora os manifestantes utilizassem as redes sociais como meio de divulgação das ações, é importante sublinhar a forma como a mídia tradicional tentou minimizar o conteúdo político das manifestações, reduzindo-as a um caráter exclusivamente festivo. Nessa linha, uma matéria chega a afirmar que a Praça poderia se transformar na versão mineira da Lapa carioca e apresenta a Praia da Estação como um evento que “reúne pessoas de todas as idades que simulam uma praia no local. Alguns chegam a usar trajes de banho” (ATÉ PARECE..., 2011).

Figura 3 • “Eu alugo BH Radicalmente E cobro!”

Fonte: EU ALUGO..., 2010.

A matéria é acompanhada por um gráfico que promove o consumo do lugar enquanto espaço de lazer e aponta os usos considerados “adequados”. Há uma transformação do lugar e das manifestações em um espetáculo (SÁNCHEZ, 2001).

A ocupação do espaço público por meio dos eventos-manifestação fazem da praça um espaço de representação da festa e da luta. Suas características permitem colocá-la em diálogo com os movimentos occupy a nível mundial, principalmente pelo uso das redes sociais como forma de mobilização e também pela ausência de partidos, sindicatos e organizações de massa tradicionais em sua atuação. É importante ressaltar que essa ausência de “representantes” não impediu que o conflito seguisse alguns caminhos institucionais, como a realização de uma audiência pública, na qual outras demandas foram levantadas pelos manifestantes, especialmente em relação à política municipal de cultura. Contrariando o olhar de um espaço público isento de conflitos, observamos que, principalmente após as manifestações na Praça da Estação, houve um aumento significativo do número de audiências públicas exigidas pela sociedade civil que solicitavam informações sobre as intervenções e os projetos realizados (ou a serem realizados) na Praça da Estação e no seu entorno – esse aumento do número de audiências pode ser visto, também, como um indicador da falta de diálogo entre a sociedade civil e o poder público, e da falta de transparência nas obras.

Se a Praia da Estação surge, em primeiro lugar, como uma resposta a um decreto, ela também pode ser pensada como uma retomada prática e simbólica do espaço, anunciando que a praça “difícilmente se manteria como um mero espaço de consumo e lazer, socialmente asséptico e despolitizado” (LEITE, 2007, p. 276). A praia, como um ato público de significativa carga simbólica, será posteriormente retomada e terá múltiplos desdobramentos, principalmente como uma forma de contrapor, ao consumo do espaço, a dimensão propriamente política do espaço e da cidade. Em determinadas conjunturas, a imagem da Praça e da Praia da Estação vão ser recuperadas para desconstruir as narrativas oficiais sobre o espaço e seus usos.

Novas narrativas sobre a praça e a cidade

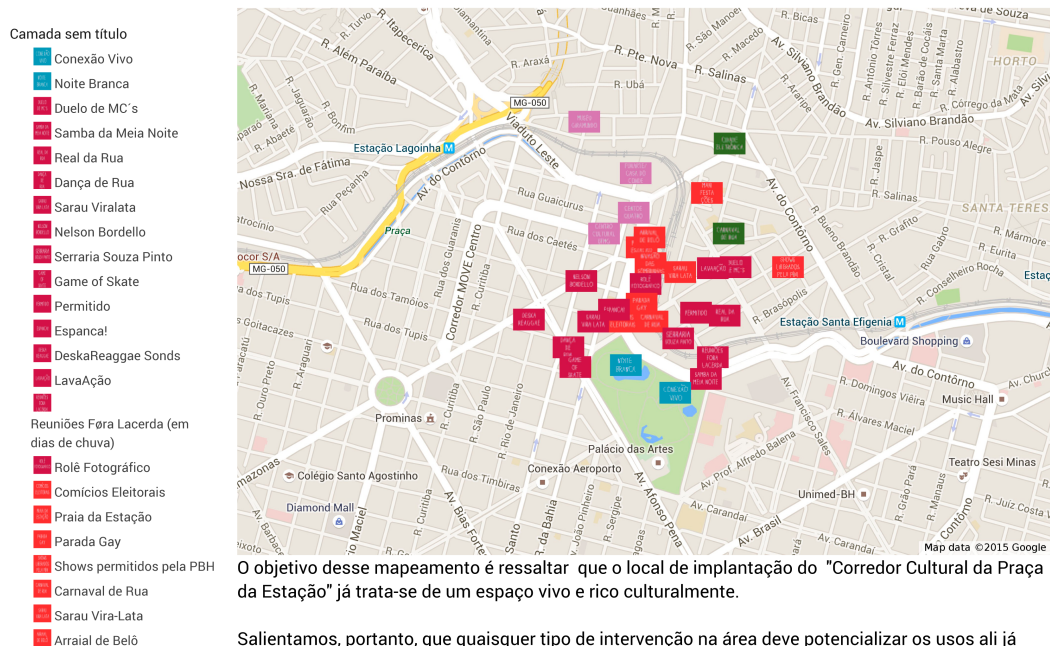
Outros projetos elaborados pelo poder público para a Praça da Estação e seu entorno – como o “Corredor Cultural” (2013), embora não executado – evidenciam como, não sendo claros os objetivos das revitalizações, elas nunca parecem ser “alcançadas” e, ante a oportunidade de incluir a área dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) das Cidades Históricas⁵, formulou-se um novo projeto arquitetônico de reforma sob o argumento de que o espaço, revitalizado havia pouco tempo, já estava sendo “depredado”, conforme intitulou o Estado de Minas: “Corredor cultural para salvar a Praça da Estação”. Segundo a crônica, o local que passou por obras de

5. Lançado em 2009, o PAC Cidades Históricas é voltado aos municípios com conjuntos ou sítios históricos protegidos no âmbito federal e, ainda, a cidades com patrimônio cultural. O programa é uma ação intergovernamental articulada com a sociedade para preservar o patrimônio brasileiro, valorizar a cultura e promover o desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade e qualidade de vida para os cidadãos.

revitalização ficou preservado por algum tempo, mas “voltou a ser depredado, o que fez com que a prefeitura da cidade ressuscitasse o projeto de criar ali um corredor cultural” (LIRA, 2013). A matéria procura “ilustrar” essa depredação utilizando a imagem de moradores de rua dormindo nas calçadas e das pixações no entorno da Praça. Uma vez que a Praça tinha sido objeto de conflitos poucos anos antes (2010), as contestações ao projeto do corredor cultural foram logo articuladas por diversos setores. Entre elas, destaco o mapeamento⁶ (FIGURA 4), realizado por estudantes da Escola de Arquitetura, cujo objetivo era “ressaltar que o local de implantação do ‘Corredor Cultural da Praça da Estação’ já era um espaço vivo e rico culturalmente” (O CORREDOR..., 2013).

6. O mapeamento foi realizado em uma disciplina da Escola de Arquitetura lecionada pela professora Natacha Rena.

O Corredor Cultural já EXISTE!



O mapeamento revelou diversas formas de apropriação cultural e concluiu que os diversos projetos de revitalização dos anos 2000 não implicaram, necessariamente, um processo de gentrificação nem um esvaziamento do espaço público. Houve, a bem dizer, uma reordenação da lógica interativa dos sujeitos e coletivos com o espaço, uma apropriação do espaço mediante a construção de lugares (LEITE, 2007). Embora a proposta do Corredor não fosse selecionada nem executada, ela traz questões importantes para se pensar o embate entre diversas narrativas sobre o espaço. Um deles foi a disputa pela mudança do nome do projeto: de “Corredor Cultural” para “Zona Cultural”. Essa demanda partiu da comissão de acompanhamento do projeto, composta por atores da sociedade civil, como uma forma de tensionar a narrativa oficial e de reconhecer os sujeitos e tipos de apropriação cultural que já existiam no espaço. A criação dessa comissão composta por

Figura 4 • Mapeamento “O corredor cultural já existe”.

Fonte: O CORREDOR..., 2013.

integrantes da sociedade civil pode ser vista como um legado da Praia da Estação, uma “aprendizagem” por parte do poder público sobre a necessidade de incorporar a cidadania no processo, mas também como uma forma de canalizar a participação da população para formas de acompanhamento e aprovação, fazendo com que o processo tivesse certa legitimidade.

Muitos dos projetos de revitalização da época estavam ligados à realização da Copa das Confederações (2013) e da Copa do Mundo (2014) no Brasil. No caso de Belo Horizonte, é importante lembrar que a cidade foi sede dos dois eventos. Na Copa das Confederações, uma imagem da Praça da Estação, utilizada como espaço fan fest da FIFA⁷, foi contraposta à comemoração dos três anos da Praia da Estação (FIGURA 5).

7. As fan fest são eventos públicos oferecidos aos torcedores durante os jogos e uma exigência da FIFA para as cidades sedes do evento.



O contraste das imagens procura ressaltar, de um lado, um espaço aberto à multidão em festa, imagem muitas vezes estigmatizada pelo poder público como sinônimo de “desordem”, “selvageria”; e de outro, um espaço fechado e saturado de símbolos de consumo, um espaço “ordenado” e celebrado como símbolo da “democracia”. Além disso, é importante lembrar que Belo Horizonte também foi local das grandes manifestações, as denominadas “Jornadas de Junho”, que aconteceram simultaneamente à Copa das Confederações.

A Praia da Estação atuava na Praça da Estação, mas com o tempo o movimento foi ganhando destaque como uma referência das lutas pelo direito à cidade e foi articulando-se a outras demandas. Devido aos seus significados históricos e sociais, a imagem da praça potencializa os significados de determinados eventos e manifestações. Dos espaços da cidade, a Praça da Estação talvez seja o local onde mais ganham visibilidade as pautas da juventude, assim como as novas formas e linguagens das manifestações.

Figura 5 • “Selvageria / Democracia”

Fonte: MELO, 2014, p. 102.

Diversas concepções de espaço público

Dois eventos realizados na cidade – a Virada Cultural (de caráter oficial) e o Carnaval de rua (de índole independente) – possibilitam pensar as diversas concepções em torno do espaço público e as formas nas quais elas dialogam e se confrontam nos espaços da cidade.

A Virada Cultural é um evento que consiste em 24 horas ininterruptas de programação artística e cultural em diversos locais da cidade, principalmente nas praças. Na edição de 2014, a proposta conceitual do evento era trazer à tona “conceitos discutidos e apropriados pela cidade, como o uso do espaço público, sustentabilidade, mobilidade e novas vivências” (VIRADA CULTURAL, 2014). Talvez por esse motivo, a Praça da Estação não foi fechada. Além disso, houve, por parte dos organizadores, uma leitura do espaço que reconhecia algumas territorialidades; por exemplo, a Rua Aarão Reis, próxima à Praça da Estação, foi transformada em palco de shows afins aos tipos de ocupação cultural que ali acontecem, principalmente ligados à cultura do hip hop, e a Praça da Estação recebeu os shows de maior convocatória, os artistas mais “populares”.

Na época da realização da Virada, amplos setores ligados às lutas urbanas estavam mobilizados ante a possibilidade iminente de despejo das ocupações urbanas Esperança, Vitória e Rosa Leão (conhecidas como Isidoro por sua localização na área da Mata da Granja Werneck, na Região/Bairro Isidoro). Nesse contexto, foi lançada, por meio das redes sociais, uma campanha para ocupar a Virada Cultural em apoio às ocupações e contra o despejo. No convite da fanpage Resiste Isidoro, lê-se:

Hoje é dia de resistir na Virada Cultural de BH. Está aberto o “Resiste Isidoro OCUPA a Virada Cultural! A festa é pública, é para todos e é conquista do povo. A partir de 16h de hoje até o final do dia de amanhã, estamos todos convidados a participar da mobilização pelas famílias que vivem no Isidoro, na Rua Aarão Reis, perto do Viaduto Santa Tereza. Faça sua plaquinha #ResisteIsidoro e vem! (RESISTE Isidoro, 2014).

Tanto pela visibilidade como pelos valores que a Virada se propunha a promover, o evento foi utilizado como palco para denunciar o possível despejo das ocupações urbanas, evidenciando com isso o tratamento e as deficiências do Estado em relação ao direito à cidade, em particular, ao direito à moradia. No Carnaval de rua, pôde-se observar uma tentativa de apropriação e formatação da cultura popular por parte de uma empresa patrocinadora de cerveja, fato que foi em seguida denunciado pelos blocos de carnaval, que lançaram um manifesto de repúdio. O manifesto, publicado no perfil de Facebook “Carnaval de Rua BH”, relata como, desde 2009, o carnaval na cidade vinha crescendo de modo independente, como uma forma de ocupação festiva do espaço público:

Desde 2009, o Carnaval de rua de Belo Horizonte vive a olhos nus uma intensa transformação que, de forma independente, sem chancelas ou patrocínio, reinventa tradições e faz pensar a cidade que queremos. Anarquicamente maravilhoso, nosso Carnaval tem se tornado um sublime momento do ano em que, em meio à ocupação festiva do espaço público, buscamos ressignificar a relação com a cidade e com o outro, bem como contestar políticas danosas ao bem-estar social. E com um detalhe importante: é feito do povo e para o povo, como deve ser o Carnaval (CARNAVAL..., 2015).

As estruturas montadas para o carnaval oficial na Praça da Estação – com a logomarca dos patrocinadores e o slogan “A casa é sua. A festa também” – são um exemplo do uso estratégico da cultura na promoção dos lugares. A intenção do slogan, ao capturar os discursos dos movimentos de ocupação cultural, é ocultar os embates que vêm se intensificando a cada ano em torno do carnaval, e que opõem, de um lado, os intentos de “normatização” e mercantilização da festa por parte do poder público e privado (e suas parcerias) e, de outro, os foliões que querem conservar o caráter independente e autogerido dos blocos de rua, sem prejuízo do seu caráter contestador e político.

Comparando os dois eventos, percebemos diversas concepções em torno do espaço público. Na Virada Cultural, que tinha como objetivo trazer à tona os conceitos discutidos e apropriados pela cidade, principalmente pelos coletivos e movimentos culturais de ocupação do espaço público, subjaz a ideia de um espaço público preexistente aos atores, que só deve ser “usado” e “preenchido” de uma forma adequada. Já no carnaval, ganha destaque o espaço público enquanto lugar da espontaneidade, da possibilidade de ações sem aviso prévio, baseadas no improviso e na emoção, e onde se torna possível (e visível) a reapropriação da cidade por meio da festa, que, como diz Lefebvre (2001, p.12), é o uso principal da cidade, aquele “que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio, enormes riquezas em objetos e em dinheiro”.

Considerações finais

Observamos que o movimento iniciado em torno da Praça da Estação, assim como o próprio Carnaval de rua, reivindica o espaço público não apenas como um cenário de conflitos, mas também como um espaço de encontro e de festa na cidade. A capacidade de politizar o espaço reside, principalmente, nessa concepção do espaço público vinculada ao direito à cidade.

Os conflitos e disputas analisados em torno do espaço público têm desdobramentos pedagógicos, na medida em que eles possibilitam desconstruir a ideia do espaço como um receptáculo vazio e inerte que posteriormente é ocupado pelos corpos. A ocupação dos espaços públicos problematiza a

ideia do espaço transparente, objetivo e neutro, assim como seu caráter imutável e definitivo, o que, entendemos, é uma ilusão poderosa que oculta a imposição de determinadas relações de poder e uma determinada visão da realidade social.

Além disso, observamos, por trás das disputas, uma concepção de cidadania que vai além do caráter representativo das nossas democracias, pois a disputa é também realizada pelo controle direto das pessoas sobre a forma de habitar a cidade, entendida como uma obra humana coletiva na qual cada indivíduo e comunidade tem espaço para manifestar a sua diferença. Como expõe Harvey (2013), a questão do tipo de cidade que desejamos é inseparável da questão do tipo de pessoa que desejamos nos tornar, e a liberdade de fazer e refazermos a nós mesmos e as nossas cidades é um dos mais preciosos direitos humanos.

Os conflitos em torno do espaço público revelam que ele é suporte, mas também campo da ação e, nesse sentido, ele manifesta sua natureza política, o fato de ser um espaço constituído tanto por intervenções técnicas e simbólicas quanto pelas práticas vivenciadas pela população, que se desdobram em novos usos, apropriações e construções de novas narrativas sobre a cidade.

Referências

ATÉ PARECE a Lapa. Porque a Praça da Estação e seu entorno podem se transformar na versão mineira da Lapa carioca. Revista Encontro, Belo Horizonte, 2011.

B&L ARQUITETURA. Praça da Estação – Boulevard Arrudas. Disponível em: <<http://www.belarq.com.br/?portfolio=praca-da-estacao-boulevard-arrudas>>. Acesso em: 27 ago. 2014

BELO HORIZONTE (MG). Câmara Municipal. Audiência pública discute efeitos dos eventos na Praça da Estação junto aos comerciantes. Belo Horizonte, 7 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.cmbh.mg.gov.br/leis/reunioes>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

BELO HORIZONTE (MG). Câmara Municipal. Audiência pública sobre o Centro de Referência da Juventude. Belo Horizonte, 19 out. 2011. Disponível em: <<http://www.cmbh.mg.gov.br/leis/reunioes>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

BELO HORIZONTE (MG). Câmara Municipal. Audiência pública sobre proibição de eventos Praça da Estação. 24 mar. 2010a. Disponível em: <<http://www.cmbh.mg.gov.br/leis/reunioes>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

BELO HORIZONTE (MG). Câmara Municipal. Audiência pública solicita informações sobre corredor cultural e outras intervenções. Belo Horizonte, 16 abril 2013. Disponível em: <<http://www.cmbh.mg.gov.br/leis/reunioes>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

BELO HORIZONTE (MG). Decreto nº 13.798, de 09 de dezembro de 2009. Proíbe a realização de eventos no local. Diário Oficial do Município, Belo Horizonte, ano XV, n.

3481, 10 de dezembro de 2009. Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1017732>>. Acesso em: 28 mar. 2015.

BELO HORIZONTE (MG). Decreto nº 13.863, de 29 de Janeiro de 2010. Institui a Comissão Especial de Regulamentação de Eventos na Praça da Estação e dá outras providências. Diário Oficial do Município, Belo Horizonte, ano XVI, n. 3516, 30 de janeiro de 2010. Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1022906>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

BELO HORIZONTE (MG). Decreto nº 15.587, de 09 de junho de 2014. Institui a Zona Cultural Praça da Estação. Diário Oficial do Município, Belo Horizonte, ano XX, n. 4574, 10 junho de 2014. Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1123021>>. Acesso em: 3 maio 2015.

BELO HORIZONTE (MG). Fundação Municipal de Cultura. Diretoria de Patrimônio Cultural. Parecer técnico referente ao projeto executivo de restauração da Praça Rui Barbosa como parte do Projeto Boulevard Arrudas, pertencente ao Conjunto Urbano Praça Rui Barbosa e Adjacências. Belo Horizonte, 2005. Não publicado.

BELO HORIZONTE (MG). Portaria SARMU-CS nº 02/2010. Regulamenta a realização de eventos na Praça da Estação. Diário Oficial do Município, Belo Horizonte, Ano XVI, N. 3577, 5 de maio de 2010b. Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1031525>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

BELO HORIZONTE (MG). Secretaria Municipal de Cultura. Diretoria de Patrimônio Cultural. Requalificação da Esplanada da Praça Rui Barbosa. Memória de Projeto. Belo Horizonte, 2003. Não publicado.

BELO HORIZONTE (MG). Secretaria Municipal de Cultural. Diretoria de Patrimônio Cultural. Conjunto Urbano da Praça Rui Barbosa e Adjacências. Belo Horizonte, 1996. Não publicado. CARNAVAL de Rua BH. Disponível em: <<https://www.facebook.com/carnavalderuaBH?fref=ts>>. Acesso em maio 2015.

DELGADO, Manuel. La ciudad mentirosa. Fraude y miséria del modelo Barcelona. Madrid: Catarata, 2010.

PRAÇA LIVRE BH. EU ALUGO BH Radicalmente. Belo Horizonte, 20 mai. 2010. Disponível em: <<https://pracalivrebh.wordpress.com/2010/05/20/972/>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013

IEPHA. Dossiê de tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça Rui Barbosa – Praça da Estação, Belo Horizonte. 1988. Não publicado.

LEFEBVRE, Henri. O Direito à Cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, Rogério Proença. Contra-usos da cidade. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 2007.

LIRA, Sara. Corredor Cultural para salvar a Praça da Estação. Estado de Minas, Belo Horizonte, 11, jun. 2013. Gerais.

MELO, Thalita Motta. Praia da Estação: Carnavalização e performatividade. 2014. 152 f. Dissertação de mestrado. Escola de Belas Artes, UFMG, Belo Horizonte, 2014.

O CORREDOR Cultural já existe! Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/d/edit?mid=zYScBTfMCayY.kXwnN4QhBdRs&ie=UTF&msa=0>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

PANFLETO: Nasce uma rebelião a partir de um Decreto. Praça Livre BH. Belo Horizonte, 28 fev. 2010. Disponível em: <<https://prcalivrebh.wordpress.com/2010/02/28/panfleto-nasce-uma-rebeliao-a-partir-de-um-decreto/>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

PRAÇA LIVRE BH. Praça da Estação, o Decreto, a Cidade, e as Pessoas. Mais um ponto de vista. Belo Horizonte, 21 jan. 2010. Disponível em: <<https://prcalivrebh.wordpress.com/2010/01/21/praca-da-estacao-o-decreto-a-cidade-e-as-pessoas/>>. Acesso em: 29 abr. 2015

PRAÇA LIVRE BH. Praça do Espaço. Belo Horizonte, 3 fev. 2010. Disponível em: <<https://prcalivrebh.wordpress.com/2010/02/03/praca-do-espacao/>>. Acesso em: 29 abril 2015.

CONJUNTO VAZIO. Praia na Praça da Estação. Belo Horizonte, 13 jan. 2010. Disponível em: <<https://conjuntovazio.wordpress.com/2010/01/13/prai-na-praca-da-estacao/>>. Acesso em: 29 abr. 2015.

RESISTE Isidoro. Disponível em: <<https://www.facebook.com/resisteisidoro?fref=ts>>. Acesso em: 28 abr. 2015

RIVERO, Elena Lucia. Um espaço, várias praças: conflitos e disputas em torno da Praça da Estação. 2015. 197 f. Dissertação de mestrado. Escola de Arquitetura, UFMG, Belo Horizonte, 2015.

SÁNCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. Revista de Sociologia e Política, n. 16, p.31-39, 2001.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos. Otilia Arantes, Carlos Vainer, Ermínia Maricato. 3ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

VIRADA Cultural de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <www.viradaculturalbh.com.br>. Acesso em: 28 abr. 2015.

Recebido em 05/07/2016
Aprovado em 23/03/2017